

A GREVE CONTINUA!

CTASP DA CÂMARA APROVA PL 6613 MAS MOVIMENTO GREVISTA PRECISA CONTINUAR NA BUSCA DE UM ACORDO ENTRE EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 16 de junho, o Projeto de Lei 6.613/2009, do Supremo Tribunal Federal (STF), que reestrutura carreiras de servidores do Judiciário. O projeto aprovado por unanimidade altera a Lei 11.416/06. O plenário 12, onde se realizou a reunião da comissão, foi tomado por mais de 300 servidores do Judiciário, que defendem a proposta. Entre os presentes, os diretores do Sisejufe Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e João Cunha – acompanhados de servidores da base do Rio de Janeiro.

A comissão acolheu parecer do relator, deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM), pela aprovação de 13 emendas e rejeição de 41. Entre as emendas aprovadas está o impedimento de fixar limite no vencimento de analistas judiciários a 75% do valor do subsídio de juiz federal substituto. A direção do Sisejufe lembra, porém, que a greve continua até que um acordo financeiro

entre o STF e o Ministério do Planejamento seja fechado para garantir a aprovação do PL 6.613 no plenário da Câmara.

Ao ler seu voto favorável, Sabino Castelo Branco reafirmou a defesa à revisão salarial dos servidores, ressaltando que já teria avisado ao governo federal que não alteraria em nada o seu relatório. Após a aprovação de forma unânime, os deputados iniciaram o debate sobre o projeto. O projeto foi aprovado sem que a cúpula do Judiciário e o governo federal tenham fechado um acordo referente à previsão orçamentária. Em suas intervenções, no entanto, os deputados, especialmente os da base governista, afirmaram que continuarão o esforço para que as negociações avancem e o PCS seja aprovado finalmente no Congresso Nacional.

Antes da votação, mais de 300 servidores do Judiciário Federal aguardavam o início da sessão ordinária da CTASP. Alguns grevistas ficaram no plenário, do Anexo II da Casa, onde ocorreu a sessão, e



Fotos: Joana Darc Melo/Fenajufe



Diretores sindicais João Cunha e Vera Lúcia, com servidores da base do Rio de Janeiro e de todo o país, presenciaram a votação do PL 6613 na CTASP

outros no corredor das comissões. As delegações vieram de vários estados, seguindo orientação do Comando Nacional de Greve. O objetivo era o de pressionar os membros

da Comissão a aprovarem o PCS do Judiciário Federal.

Imprensa do Sisejufe e da Fenajufe, com informações da Agência Câmara

LEIA TAMBÉM

Sisejufe entrega abaixo-assinado para candidata à Presidência

Página 3

Após decisão do STJ, sindicato volta a requerer suspensão de desconto do imposto sindical

Página 3

Em 1º de junho, TRT teve a maior adesão grevista de sua história

Página 6

Em ato público na SJRJ da Rio Branco, se consolida a "Rádio Piquete"

Página 7

Tramita projeto que transforma assédio moral em acidente de trabalho

Página 8

Sisejufe requer ao TRT providências para coibir represálias aos grevistas, mas vice-presidente se mostra irredutível

Atrasamos o fechamento desta edição para divulgar o resultado da votação do PL 6613 na CTASP e em função de uma nova audiência com a vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, desembargadora Glória Regina Ferreira Mello. No dia 15, cinco dias após a primeira reunião, a vice-presidente do TRT recebeu novamente os diretores sindicais para responder às reivindicações anteriormente apresentadas. No entanto, Glória Regina não trouxe nenhuma proposta que contemplasse os requerimen-

tos feitos pelo sindicato. Aos diretores Vera Lúcia Pinheiro dos Santos (de azul escuro na foto) e Willians Faustino de Alvarenga, acompanhados da assessora jurídica Fernanda Mata, a vice-presidente do TRT informou que a Administração do Tribunal vai aplicar o Ato 258 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que corta o ponto dos grevistas no Rio; e que não vê razão em revogar a Ordem de Serviço nº 1 que cria a Comissão Verificação (a "comissão dedo-duro" como vem sendo denunciada pelo sindicato), cujo objetivo é mapear quem está na greve ou não. Saiba



Foto: Max Leone

detalhes da segunda audiência com a desembargadora Glória Regina Ferreira Mello em nosso portal de Internet. Em matéria nas páginas 4 e 5 desta edição saiba

como foi o primeiro encontro da Direção do Sisejufe com a desembargadora, dia 10 de junho.

sisejufe.org.br



Homenagem

Movimento sindical do Judiciário Federal perde dois grandes ativistas



O ex-diretor do Sisejufe Marco Magioli (à esquerda) e o diretor de base Alê, do Sintrajufe-RS, nos deixaram neste mês de junho



No Rio, na manhã do domingo, 6 de junho, faleceu o ex-diretor do Sisejufe Marco Antônio Muniz Magioli, vitimado por um câncer. Antigo servidor da Justiça Federal, grande ativista político, liderança sindical em Niterói, Magioli fez parte da direção do sindicato na gestão 2002-2005, quando foi diretor do Setor de Convênios. Marco Magioli participou de todas as

greves por aumentos salariais e contra a Reforma da Previdência e era uma figura queridíssima por todos.

Dias antes, na quinta-feira, 3 de junho, o nosso grande amigo e lutador social, Alexandre Junqueira, mais conhecido como Alê, faleceu vítima de um linfoma. Todos os servidores do Rio que lutaram no PCS 3 lembram de Alê, o sempre alegre, solidário, disposto e

disponível companheiro de riso largo, que acompanhava sempre nossa delegação quando íamos de gabinete em gabinete lutando pelo aumento. Diretor de base do Sintrajufe-RS, veio várias vezes ao Rio participar de movimentos sindicais. A direção do Sisejufe lamenta profundamente as perdas e se solidariza com os familiares e amigos de Magioli e Alê.

ESTOU EM GREVE!

Fotos: Samuel Tosta



“Somente conquistamos direitos com luta. Por isso, eu estou em greve. Sou servidor há 23 anos e se hoje tenho como cumprir meus compromissos financeiros é porque ao longo dos anos lutamos para valorizar a categoria e conquistar um salário digno. O servidor tem que se fazer presente nesta greve. Inclusive os servidores que têm gratificação. São esses que deveriam estar aqui. Em geral, quem recebe FC confunde gratificação com salário. Estou aqui reivindicando meu direito porque participar de greve é um direito legal e não vou abrir mão disso. O PLP 549, por exemplo, é um projeto absurdo que quer penalizar o servidor pelo buraco nas contas públicas. Nós, do Judiciário, não temos nada a ver com isso. Trabalhamos muito e somos um Poder arrecadador. Nós mesmos temos como nos pagar. Falam que não têm dinheiro para nosso aumento, mas a gente sabe que isso não é verdade. Outras categorias tiveram aumento. Então, por que somente a nossa não pode ter?”

Gladstone Figueiredo Silva
Técnico Judiciário – Agente de Segurança



“Estou em greve porque se ficar dependendo do governo nós não teremos aumento e ainda podemos ter dez anos de congelamento salarial. A falta do aumento significa uma redução brusca de nosso salário podendo chegar ao passado de ganhar abaixo do salário mínimo, como ocorreu com vários colegas do Judiciário Federal. A política do governo já deixou claro que está em defesa do grande capital e contra os trabalhadores, em especial os servidores. O projeto do governo é economizar o dinheiro dos trabalhadores para honrar o pagamento, entre aspas, dos grandes banqueiros internacionais e nacionais”.

Rinaldo Martins de Oliveira
Técnico Judiciário – TRE
Zona Eleitoral 161

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilo Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (estagiária de Jornalismo) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8,6 mil exemplares.
Gráfica e Editora
Minister

Sisejufe leva à Dilma Rousseff as reivindicações da categoria



Foto: Miguel Papi

Em encontro, no Rio de Janeiro, com intelectuais e artistas, a candidata governista à Presidência da República, Dilma Rousseff, recebeu do diretor do Sisejufe Roberto Ponciano um abaixo-assinado da categoria do Judiciário Federal pedindo o seu apoio para a aprovação dos PL's 6613 e 6697 (de revisão salarial) e contra o PLP 549 – que limita os investimentos federais no

setor público por uma década. Na qualidade de secretário de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Rio) Roberto Ponciano foi convidado ao evento denominado “Encontro de Intelectuais com Dilma”, que ocorreu na noite de 31 de maio, num hotel em Copacabana. Na reunião, estavam presentes professores universitários, dramaturgos, escritores, políticos

e dirigentes sindicais da área de Formação Política. Roberto Ponciano abordou a candidata logo ao final de sua fala à plateia de cerca de 200 pessoas. Dilma Rousseff recebeu o documento com as assinaturas da categoria do Judiciário Federal e ouviu com atenção as reivindicações de Ponciano.

[Da Redação]

Justiça Federal

Sindicato requer suspensão de desconto do imposto sindical no TRF baseado em recente decisão do STJ

A direção do Sisejufe protocolou no dia 11 de junho ofício ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF) solicitando que o presidente do Tribunal, desembargador federal Paulo Espírito Santo, suspenda o desconto do imposto sindical na folha de pagamento dos servidores filiados ao sindicato. O pedido, feito por meio do Departamento Jurídico do Sisejufe, é baseado na recente decisão da ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, em julgamento de EDs, suspendeu o trâmite de todas as ações contra o desconto do imposto sindical, reconhecendo estar suspensa a resolução do CJF, que autoriza a cobrança do imposto.

O desconto havia sido determinado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), em março deste ano. Na ocasião, o Sisejufe entrou com ação coletiva contra a cobrança. O pedido de tutela antecipada foi então aceito pela

Ministra Eliana Calmon determinou que desconto efetuados sejam mantidos em depósito judicial

26ª Vara Federal, que acatou o pedido de liminar do sindicato. A direção do Sisejufe já havia se comprometido, se ocorresse a cobrança, em devolver aos seus filiados o valor que caberia ao sindicato no rateio com outras entidades (60% do total).

Atendendo pedido feito pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), a ministra Eliana Calmon, autorizou novamente a realização do desconto. Porém, em recente julgamento, a ministra estendeu os efeitos da decisão anteriormente prolatada, a qual abrangia apenas as liminares que impediam o desconto e também determinou a suspensão do trâmite das res-

pectivas ações, reconhecendo, entretanto, que a resolução do CJF está suspensa por força da liminar concedida pelo ministro Ari Pargendler. Eliana Calmon também determinou, em seu despacho, que “em relação aos descontos já efetuados, como contra-cautela, sejam eles mantidos em depósito judicial, até a conclusão do mandado de segurança”.

No ofício ao TRF, o Departamento Jurídico do Sisejufe pede que a Administração do Tribunal “tome as devidas providências imediatas e cabíveis para que a decisão da ministra Eliana Calmon seja útil, para que não sejam lançados os descontos da contribuição sindical na remuneração dos servidores filiados”. O sindicato solicita urgência na suspensão dos procedimentos para evitar o desconto.

*Da Redação com informações do Departamento Jurídico

ESTOU EM GREVE!

Fotos: Samuel Tosta



“Sou servidora concursada. Muitas pessoas não aderem à greve porque ficam com medo de perder gratificações e não querem arriscar. Eu compreendo, mas mesmo quando tinha gratificação aderiria ao movimento de greve. Se tivesse a possibilidade de negociação antes, a categoria não teria entrado em greve. A negociação só foi aberta após o início do nosso movimento. A verdade é que a greve é o único meio pelo qual podemos conseguir a melhoria do nosso salário, que está defasado. Para mim, é estranho tentarem reprimir o direito de greve. É um absurdo”.

Ilia Freitas da Silva – Técnica Judiciária



“Participo da greve, desde o dia 11 de maio, porque acredito que não tenha outro jeito de conseguirmos nosso aumento. Temos que ter atitude política e aderir a essa greve, porque estamos em um momento crucial para a categoria. Se não tivermos cautela e percepção achando que nosso salário já está bom, a defasagem pode aumentar e até termos nossos salários congelados”.

Marissa Akel – Técnica Judiciária



“Estou aqui porque sou engajada com as causas da minha categoria profissional. Neste momento da tentativa de restrição à greve, eu acredito que seja ainda mais importante o servidor participar. Temos que ter mais adesão, fechar os balcões. Por exemplo, eu estou aqui, mas o que adianta se meu balcão está aberto. Adianta alguma coisa? Quando eu voltar, vou terminar o meu serviço, vou entregar os alvarás na data prevista, porque a Vara está aberta. Então, é uma greve parcial. Mas não é assim que tem que ser. No meu caso, por exemplo, meu salário já está muito defasado. O aumento é necessário”.

Ligia Fornaciari Xavier
Técnica Judiciária

Sisejufe se reúne com vice-presidente do TRT para defender direito de greve

Justiça do Trabalho Sindicato deixa consignado que há dificuldade em se agendar audiências com a Presidência do Tribunal

A direção do Sisejufe foi recebida pela vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, desembargadora Glória Regina Ferreira Mello, na quinta-feira, 10 de junho. Na ocasião, os diretores do sindicato Willians Faustino de Alvarenga e Roberto Ponciano, acompanhados do assessor jurídico do Sisejufe Amilcar Hecht da Costa, cobraram o respeito ao direito de greve, além de providências contra os casos de retaliação e de perseguição por parte das chefias a servidores grevistas.

Henri Figueiredo*

Foi a segunda vez neste ano que diretores do Sisejufe estiveram reunidos com a desembargadora. No primeiro encontro, em 9 de fevereiro, a pauta foi longa e foram discutidas demandas importantes para a categoria tais como a criação de novas varas trabalhistas, jornada de trabalho, auxílio-alimentação, planos de saúde e treinamento de servidores do Interior do Estado do Rio de Janeiro.

Logo no início da reunião, o diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano, deixou consignada a insatisfação do sindicato pela demora do TRT em atender à entidade: “Estamos pedindo uma reunião com a Presidência há um mês; lamentamos que, logo no TRT, a Administração demore tanto a atender ao sindicato dos trabalhadores”. A desembargadora Glória Regina disse que somente nesta semana recebeu o pedido de reunião e ressaltou que não houve demora. “Enviamos o ofício há um mês e desde então estamos ligando para a Assessoria da Presidência que nem marcou a reunião nem retornou a ligação”, replicou Ponciano.

Os diretores do Sisejufe fizeram quatro requerimentos objetivos – todos relacionados às retaliações que o movimento grevista vem sofrendo no TRT: 1) a revogação da Ordem de

Serviço 01/2010, que instituiu uma comissão verificadora da presença dos servidores – numa clara medida de intimidação e retaliação aos grevistas; 2) o direito à compensação, por parte dos servidores, do ponto da greve, que vem sendo restrito por alguns juízes e diretores de secretaria, desde a extensão do ato 258 do TST: pediu-se também a revogação da extensão do ato; 3) a orientação aos diretores e diretoras de secretaria e aos chefes para que respeitem o direito de greve e a livre manifestação em atos públicos, já que houve episódios de clara perseguição aos servidores mobilizados na luta pelo PL 6613 e contra o PLP 549, chegando ao ponto de se cortar horas e

colocar “greve” no ponto; 4) a compensação do ponto, nos dias de liberação para os jogos do Brasil na Copa, em tarefas e não em equivalência de horas.

O diretor sindical Willians Faustino, que é servidor do TRT, disse à desembargadora Glória Regina que “atitudes como as que vem sendo tomadas não vão enfraquecer o movimento de greve”. O advogado do Sisejufe, Amilcar Hecht da Costa, expôs à vice-presidente do TRT que a O.S. 01 cria temeridade no ambiente de trabalho e fere o direito de greve. “Além do mais, houve casos de corte de ponto de servidores que desceram para participar de ato público que durou 2 horas. Isso é ilegal e inconstitucional. Repercutiu

de forma negativa não só pela represália em si, mas pela limitação ao direito de greve e de livre manifestação”, afirmou Hecht da Costa.

A vice-presidente do TRT, que esteve até aquela semana no exercício da presidência do Tribunal, contestou: “Vocês entendem a O.S. como represália – é uma questão de ponto de vista. Vou levar ao presidente Aloysio Santos as inconformidades do sindicato”, disse ela. A desembargadora retorquiu que haja represálias: “Não me consta que o Tribunal tenha tratado de impedir a manifestação ou adesão à greve. E não me passa pela cabeça que os servidores não tenham as suas razões para o movimento de greve. Vou levar as suas pretensões ao presidente e não estou estabelecendo debate nesse momento porque não me cabe debater”, esquivou-se. Para a desembargadora, os servidores não podem valer-se de participação em atos públicos, ainda que de apenas 2 horas, “para deixar de cumprir o expediente”.

O diretor sindical Roberto Ponciano contestou, dizendo que punir um servidor que está 2 horas num ato público é algo mais sério do que simplesmente cortar ponto na greve: é restringir a liberdade de pensamento. Ponciano lembrou que há “condescendência” com o servidor que leva trabalho para casa,

por exemplo, quando faz voto para os magistrados e não tem o ponto verificado. “Mas essa mesma condescendência não verificamos com o servidor que participa de manifestação por revisão salarial ou no caso da compensação de trabalho por tarefas e não por horas”, disse ele. O assessor jurídico do Sisejufe, Hecht da Costa, lembrou ainda que a irresignação quanto ao corte do ponto se dá em razão de que os servidores trabalham, de fato, nos dias de manifestação e, mesmo assim, são penalizados com a perda do dia de trabalho.

Sobre a extensão do Ato 258 do TST, Glória Regina sustentou: “Se o presidente do TST entendeu que deve adotar o mesmo procedimento, vai do entendimento de cada administrador”. Roberto Ponciano rebateu: “O Ato 258 não é uma necessidade, é um ato do TST para os servidores de lá; os TRTs têm autonomia, nem todos seguiram esta cartilha de retaliação. Em várias regionais, os presidentes suspenderam os prazos através de portarias e já negociaram a compensação com os grevistas”. A desembargadora, então, foi explícita, dizendo que o Presidente do TRT, como administrador tem autonomia para fazer cumprir a 258, mas que iria encaminhar o requerimento ao presidente. De acordo com Roberto Ponciano, isto deixa claro que o presidente do TRT



Fotos: Henri Figueiredo

Vice-presidente do TRT, Glória Regina, recebe diretores do Sisejufe e assessor jurídico da entidade



Desembargadora Glória Regina: “Não me consta que o Tribunal tenha tratado de impedir a manifestação ou adesão à greve.

E não me passa pela cabeça que os servidores não tenham as suas razões para o movimento de greve.”

não é neutro, nem favorável ao movimento, mas usa o ato 258 para coibi-lo, ao contrário do que falou na primeira conversa dele com o Sisejufe – quando prometeu não perseguir a livre organização sindical.

Os diretores sindicais ainda expuseram que seria mais justo que a compensação das horas de folga (por causa dos jogos da Copa) fosse feita com cumprimento de tarefas – e não, como se tenta impor, com equivalência de horas. O advogado do sindicato expôs que isso, inclusive, prejudica os servidores que não gostam de futebol ou mesmo os que gostariam de estar trabalhando durante os jogos e que, mesmo assim, terão de compensar os horários. A desembargadora afirmou que, já que a maioria prefere assistir aos jogos, a decisão tomada foi a mais “equilibrada”. O diretor do sindicato, Roberto Ponciano, expôs que o STF, na greve de 2006, não compensou 60 dias de paralisação hora a hora, mas, ao contrário, que fosse feita apenas e tão somente colocando o trabalho em dia. “Espero que o TRT tome a mesma atitude, pois a compensação por hora é antipática com os servidores”, disse. A vice-presidente se comprometeu a levar o pleito ao

Ponciano: “Há condescendência com o servidor que leva trabalho para casa, por exemplo, quando faz voto para os magistrados e não tem o ponto verificado. Mas não há condescendência com quem participa de manifestação por revisão salarial ou no caso da compensação de trabalho por tarefas e não por horas”.

desembargador Aloysio Santos.

Ao final, Ponciano pediu à desembargadora Gloria Regina uma previsão de quando o presidente do TRT, Aloysio Santos, poderia responder aos requerimentos ali feitos. Gloria Regina disse que levaria as pretensões do Sisejufe ao conhecimento do presidente logo e disse que o Tribunal está à disposição do sindicato para reuniões. Em objeção, novamente, Ponciano deixou consignado que o Sisejufe encontra uma série de dificuldades para agendar reuniões com a Presidência do TRT e gostaria que, de fato, a assessoria da Presidência retornasse os pedidos do sindicato.

*Da Redação



Diretor sindical Willians Faustino, de azul, é servidor do TRT

Opinião do Sisejufe

Para a direção do Sisejufe, a reunião foi pouco produtiva. A Presidência do TRT, além da demora injustificada em atender o sindicato, tenta não se definir claramente com relação às retaliações à greve para tentar passar uma imagem de gestão democrática. Mas, a defesa tácita da OS 01, do ato 258 do TST e até das restrições parciais à greve, mostram que, ao contrário do que falou o Presidente do TRT, Aloysio Santos, esta gestão não pretende estabelecer um diálogo

democrático com os trabalhadores e usa de punições brancas e ameaças veladas para coibir o movimento.

O Sisejufe espera que, com a pressão, o TRT mude de posição, principalmente coibindo as punições que alguns diretores fizeram a grevistas que desceram durante meio período para atos públicos – o que não encontra guarida em nenhuma doutrina. Isto leva o TRT a desprezar o direito à liberdade, autonomia sindical e à liberdade de expressão.

Mesmo que o TRT não recue, há uma sinalização do STF para que, ao fim da greve, haja negociação dos dias parados. Também haverá como receber de volta esses dias, mesmo que o TRT continue em posição tão reacionária.

Aguardamos o posicionamento do TRT e esperamos que a Presidência avance no sentido de respeitar a democracia, a liberdade e a autonomia sindical.

ESTOU EM GREVE!



“Nossa greve é um movimento justo de pleito e revisão do nosso salário. Não é nem a parte de reposição dele, não é nem perda ou aumento, é que se nós não fizermos esse movimento agora e formos coesos, praticamente não vamos conseguir reajuste neste ano, porque daqui a pouco vem recesso, Copa do Mundo, eleições... Eles querem protelar o máximo possível. Aqui no TRT, a O.S. 01/2010 demonstra o medo que as Administrações têm da greve. Quando a classe realmente se une, eles não têm condições de barrar. Então, criam atos para estabelecer o terror entre os servidores. Muitos ficam com receio de ir para a luta e fazer a greve, de ficar aqui embaixo, de diminuir o serviço, mas é importante todo mundo participar. A verdade é que boa parte dos diretores ou juízes que são contra a greve já tem um monte de incorporações salariais, que ganharam com o tempo. Então, estão pouco ligando, já esperam aposentadoria e muitos servidores até ganham mais do que magistrados. Agora, para nós, que dependemos e vivemos do salário, é extremamente necessário ter um ganho real.”

Fernando Cais Rodrigues – Técnico Judiciário – 26ª Vara – TRT



“Nosso movimento é justo diante da iminência de ficarmos sem reajuste durante 4 anos, no mínimo, e também pelo risco de congelamento de salário por 10 anos. O servidor que dá o máximo de si, que dá o seu melhor, não pode ficar fragilizado diante dessa situação. O profissional desmotivado não vai dar o seu melhor e a sociedade espera um bom serviço público. A consequência de um salário rebaixado é muito ruim para a sociedade. É o servidor público que constrói a imagem do governo. O governo vai ser melhor ou pior de acordo com a prestação de serviço público. E a prestação de serviços que o governo dá se faz através do funcionalismo.”

Emerson Carlos Felix – Técnico Judiciário, TRT

Dia Nacional de Luta no TRT da Lavradio: maior adesão grevista da história daquele foro

Tatiana Lima*

O tempo esfriou no Rio, mas a temperatura em frente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da rua do Lavradio chegou a 40 graus na terça-feira, 1º de junho. Cerca de 500 servidores munidos de apitos, cornetas e adesivos “Agora é Greve” colados no peito, estiveram no ato público do Dia Nacional de Luta realizado em frente ao prédio do TRT. A direção do Sisejufe estima que 80% do efetivo do Foro da Lavradio tenha aderido à greve neste dia – muitos servidores dos outros locais de trabalho do Judiciário Federal no Rio também estiveram presentes. O dia foi um marco na história de luta dos servidores da Rio pela aprovação do PL 6.613/2009.

O pessoal do TRT da Lavradio atendeu ao chamado do sindicato com piquetes começando às 6h. Até às 10h, o movimento foi crescendo e, quando já havia mais de cem servidores mobilizados, houve um “arrastão” que chegou a ter 140 participantes. Passando de cartório em cartório, foi possível conseguir a adesão de 90% das varas, com 80% de participação do quadro de servidores daquele foro.

A forte participação e o crescimento da adesão da categoria foi destacada pelo diretor sindical Roberto Ponciano. Ele recordou que, dias antes, numa quarta-feira, aconteceu o pior dia da greve no TRT da Lavradio. O piquete ficou reduzido a apenas 10 servidores e houve até um grupo que passou em frente ao prédio caçoando dos grevistas. Ao contrário do esperado, o episódio serviu de estímulo. Com arrastões diários e matinais, os grevistas foram conscientizando outros servidores e o resultado apareceu na terça-feira, 1º de junho. “Desde às 6h estamos aqui no piquete. Fizemos o maior arrastão da história do Siseju-



Fotos: Henri Figueiredo
Força grevista: servidores da Lavradio atenderam ao chamado do Sisejufe

fe, com a participação de 140 servidores. O TRT parou hoje. Ninguém poderia acreditar nisso na semana passada. Mostramos que é possível. Greve é trabalho e muita mobilização. Não vamos recuar”, disse Ponciano.

Para David Cordeiro, representante sindical de base do TRT, os servidores da Lavradio deram um recado à Administração do Foro. “A gente trabalha todo dia neste tribunal e merecemos respeito. Quando eles publicaram a Ordem de Serviço 01/2010, no dia 13 de maio, pensavam que iam calar o movimento de greve. Hoje, estamos com 80% do Foro parado. Demos um chega pra lá na O.S. Vamos fazer greve sim”, ressaltou. Para David Cordeiro, o ato público se igualou ao movimento de greve de estados com tradição de fortes movimentos paredistas em TRT’s, como em São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

A todo momento, os servidores realizavam sonoros apitaços contra a proposta de congelamento de salários dos servidores públicos por 10 anos, o PLP 549, e cantavam palavras de ordem: “PCS Já”, “Que coisa estranha! Eu faço greve e o baba-ovo também ganha”, “Vem, vem, vem pra luta vem”, entre outras. O coordenador executivo da Fenajufe, Valter Nogueira Alves, lembrou que a mesa de negociação aberta com o governo foi fruto da greve. “A negociação continua difícil,

mas agora ficou possível arrancar o aumento do governo. Se a gente conseguir ampliar nossa greve, pode ser que consigamos não só um acordo como até receber a primeira parcela ainda este ano”, disse. Muitos diretores sindicais se revezaram ao microfone, entre eles Willians Faustino, Cristina Paiva, João Cunha, Marcelo Neres, João Mac-Cormick, Mariana Liria e Ricardo de Azevedo Soares.

A técnica judiciária Maria Eugênia Ferreira, da 34ª Vara do TRT, servidora há 22 anos, que participou do ato público, avalia que a greve é o único meio de luta pelo qual o servidor pode, de verdade, fazer valer seus direitos. Para ela, parar é uma forma de lutar pela carreira e pela própria sociedade. “O nosso dia a dia é muito difícil. O pessoal novo já entra pensando em fazer outro concurso público, porque o salário está defasado. Ele não se sente valorizado e não tem um meio de trabalho adequado, tudo é difícil. Quando um diretor consegue montar uma equipe coesa, logo o grupo se desfaz aos poucos com a saída das pessoas. Isso traz problemas para os setores que perdem continuidade do trabalho e para a sociedade”, explicou Maria Eugênia.

Ao final do ato público, o diretor sindical Roberto Ponciano exortou os grevistas a manter as greves nos locais onde ela já está forte e a retomar e ampliar a mobilização onde houve recuo. “Não podemos parar o movimento no meio. Tudo o que conseguimos até agora, em termos de negociação, foi por causa da greve. Mas ainda não conquistamos o nosso principal objetivo: o PCS. Essa greve só termina quando ele for alcançado”, disse Ponciano.

*Da Redação.

ESTOU EM GREVE!

Fotos: Henri Figueiredo



“Eu estou em greve porque temos que lutar pela valorização da nossa carreira. A gente tem que lutar contra o PL 549, do congelamento dos investimentos, porque vai impedir melhorar a Justiça. Seria ruim para os servidores e para os cidadãos. Nós temos que lutar pela melhoria dos serviços e isso quer dizer lutar pelo nosso salário também. Aderir à greve agora é muito importante porque estamos em um momento crítico.”

Ana Lúcia Giordano – Técnica Judiciária
58ª Vara – TRT



“A greve é importante porque a revisão salarial é justa. A gente não pode deixar esvaziar os quadros do Judiciário e somos nós, os servidores, os responsáveis por movimentar a Justiça. Se as metas do CNJ são cumpridas, são os servidores que fazem o serviço – não há juiz suficiente para dar conta disso.”

Lívia Marques de Santos Leite
Analista Judiciária [Oficial de Justiça]
Execução de Mandados



“A Justiça do Trabalho tem que ser mais valorizada. Principalmente os funcionários, que são os servidores que lidam com processos diretamente relacionados aos trabalhadores e tentam fazer a Justiça para o trabalhador – que, afinal, é quem alavanca a economia desse país.”

Iracema Souza Barcelos Raimundo
Técnica Judiciária
3ª Vara – TRT



Trezentos servidores de diversos locais de trabalho do Judiciário Federal do Rio fazem ato público em frente à SJRJ

Greve Manifestação integrou estratégia do Comando de Greve do Rio de promover atos em cada local de trabalho

Tatiana Lima*

Os servidores cariocas do Judiciário Federal continuam mobilizados pela aprovação do reajuste salarial da categoria. Enfrentando com coragem a ameaça de corte de ponto, cerca de 300 servidores participaram do ato público realizado na quarta-feira, 9 de junho, às 15h, em frente ao prédio da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) na Cinelândia. Ao som de apitos, cornetas e com adesivos, os servidores mostraram que não vão ceder às pressões da Administração. Diversos servidores, representantes sindicais de base e diretores sindicais falaram ao microfone conclamando os colegas a se manter em greve e não esmorecer. O ato público contou com a performance da Banda Brasas, do Sindicato dos Bancários

que estão na greve. Para ele, esta atitude pode ser qualificada como assédio moral horizontal. “Os servidores da greve não tem que ‘compensar’ o trabalho dos fura-greve. Por acaso os fura-greve vão compensar o esforço do grevista pelo salário de todos? Se alguém tem que compensar algo é quem está trabalhando cumprindo metas, porque está trabalhando contra o nosso aumento. A compensação só pode ser exigida pelos diretores de secretaria e não é hora a hora, é apenas de se colocar o trabalho em dia após a greve. Não pode virar assédio moral, tem que ser paulatinamente, não em um dia, mas de forma continuada, sem atropelar a rotina do servidor”, explicou Ponciano.

O representante sindical de base David Cordeiro ressaltou a importância da união da categoria. “O que fez esse movimento crescer, mesmo sob ameaças de corte, é a adesão de cada servidor. Finalmente, começamos a nos enxergar como membros de uma categoria profissional e não membros da vara A ou B. Nós formamos todo Judiciário Federal”, disse David.

Para o diretor sindical Moisés

Leite, a categoria não pode esmorecer. Fazendo alusão à Copa do Mundo, ele comparou a greve a uma partida de futebol. “Estamos no segundo tempo de um jogo em que estamos ganhando. O placar é de 1 a 0 porque conseguimos o compromisso do STF de não permitir a redução do percentual de 50% de reajuste e do prolongamento do nosso plano. Eles vão tentar dar um carrinho e fazer falta, mas temos que proteger a nossa área para não permitir o empate. Nosso placar vai ficar em 2 X 0, com a nossa vitória”. E completou: “A greve tem várias etapas. Estamos agora na mais sofrida, porque é a etapa de resistência. Mas temos que lembrar sempre: vocês sabem quem é nosso maior amigo? Somos nós. E amigos lutam juntos”.

O ato público contou com a performance da Banda Brasas, do Sindicato dos Bancários (BancaRio) entre as diversas falas e manifestações dos servidores. A “Rádio Piquete” - nome dado a radio improvisada - animou a categoria e teve a participação de servidores tocando violão, cantando canções e do diretor sindical Moisés Leite dizendo a letra da canção de Gonzaguinha “Acredito na Rapaziada”.

Para o diretor sindical Moisés



Fotos: Samuel Tosta



*Da Redação.

ESTOU EM GREVE!



Foto: Henri Figueiredo



“O momento é este porque vai acontecer uma mudança no governo e o nosso salário está realmente muito rebaixado – ele não acompanhou o aumento da inflação e nosso poder de compra foi reduzido. Por isso, merecemos este aumento. No TRE, por exemplo, temos um feedback da população muito interessante. Ou seja, o cidadão comenta e elogia o nível do atendimento dos servidores, que eles consideram alto. Isso é verdade: nosso atendimento é qualificado. Diversos técnicos judiciários têm nível superior e são servidores que estão sempre buscando melhorar, mas o Judiciário não vem dando este aporte. Acho que qualificação é fundamental. E servidores que saibam seu papel, que cumpram bem esse papel e que sejam bem pagos. Em geral, as pessoas têm o hábito de fazer comparação dos nossos salários com o setor privado. A verdade é que quando o setor privado paga mal é o setor privado que está errado. A referência deve ser o bem pago, não o contrário. E nisso está a legitimidade desta greve.”

David Gonçalves Soares
Técnico Judiciário [Agente de Segurança] – TRE Sede

Fotos: Samuel Tosta



“A greve é importante para a aprovação da PL 6613 e para vetar o PLP 549. Precisamos nos posicionar contra a tentativa de congelamento de nossos salários, assim como a tentativa de restringir nosso direito a greve. A aprovação do PL 6613 funcionará como uma reposição da perda gerada pela inflação, que já ocorreu, e também uma aproximação da nossa remuneração com a remuneração de carreiras típicas de Estado. Essa valorização terá reflexo direto na qualidade do serviço público prestado à população.”

Marcos Tadeu Souza Castelo Branco
Técnico Judiciário – TRE

Assédio Moral

Projeto transforma ofensas sofridas por trabalhadores em acidente de trabalho

Max Leone*

O assédio moral poderá ser considerado acidente de trabalho. A proposta é um dos 19 projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que visam alterar a legislação previdenciária do país. O PL 7.202/2010 reconhece as ofensas morais sofridas durante o expediente de trabalho e garante que o trabalhador tenha direito à proteção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos mesmos moldes que possui quando sofre um acidente com consequências físicas. A proposta foi apresentada em conjunto pelos deputados Ricardo Berzoini (PT-SP), Roberto Santiago (PV-SP), Pepe Vargas (PT-RS), Jô Moraes (PCdoB-MG) e Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT-SP).

Com a aprovação do PL 7.202, o trabalhador que for comprovadamente vítima de assédio moral e ficar incapacitado para exercer suas tarefas terá direito a receber o auxílio-doença acidentário da Previdência Social. O benefício equivale a 91% do salário, que corresponde à média dos 80% maiores salários de contribuição dos trabalhadores inscritos até 28 de novembro de 1999. Os valores devem ser corrigidos monetariamente, desde julho de 1994. Para os inscritos a partir de 29 de novembro de 1999, o salário de benefício será a média dos 80% maiores salários de contribuição de todo o período contributivo.

Atualmente, o PL 7.202 está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), cujo relator é o deputado Vicentinho (PT-SP), designado em 13 de maio. A proposta aguarda parecer do relator para ser votada. O prazo para emendas ao projeto é de 5 sessões ordinárias, a contar de 18 de maio.

Na explicação do projeto, os parlamentares argumentam “que, independentemente de ser ou não por motivo de disputa relacionada ao trabalho, a ofensa moral intencional no ambiente de trabalho deve ser considerada acidente de trabalho”.

O projeto, se aprovado, vai alterar a alínea b do inciso II do Artigo 21 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre situação equiparada ao acidente de trabalho ao segurado do Regime Geral de Previdência Social.

O PL foi apresentado em Plenário no dia 28 de abril deste ano. Em seguida, o deputado federal Roberto Santiago, juntamente com Ricardo Berzoini, Pepe Vargas, Jô Moraes e Paulinho entregaram ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), os 19 projetos de lei que tratam da alteração da legislação previdenciária. Os deputados defendem que o assédio moral ou violência moral no trabalho não é um fenômeno novo.

“Por constituir uma violência psicológica, pode causar danos à saúde física e mental, não somente daquele que é atingido, mas de todo o coletivo que testemunha esses atos”, defendem os parlamentares. Desta forma, caso o projeto seja aprovado vai equiparar assédio moral a acidente de trabalho.

Segundos os deputados, o Pacote de Projetos Previdenciários, como tem sido chamado o conjunto de propostas, visa acelerar as alterações que beneficiem, a curto prazo, a proteção previdenciária aos trabalhadores brasileiros. Eles citam outro exemplo: o PL 7.220/2010 trata da multa por falta de comunicação de acidente de trabalho, quando constatar ocorrência denexo técnico epidemiológico

entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a doença ou síndrome que seja motivadora da incapacidade do profissional de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID).

Já o PL 7.200/2010 amplia a participação dos profissionais de saúde na perícia da Previdência Social. E o PL 7219/2010, garante ampla participação dos sindicatos no acompanhamento da cobrança de multas pela Previdência Social. Outro destaque é o Projeto de Lei 7.214/2010, que deixa a critério do segurado escolher qual a forma mais conveniente de se relacionar com a Previdência Social, seja por intermédio do convênio da empresa, sindicato ou entidade de aposentados ou por meio do INSS.

“A iniciativa dos deputados é responder às necessidades de modernizar e atualizar a proteção previdenciária dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, que além dos riscos físicos, que precisam ser melhor detalhados, e também sofrem consequências do assédio moral”, explica Roberto Santiago.

*Da Redação, com informações da Agência Câmara.